Assembleia conclui audiências públicas do PPAG

Encontros realizados em BH e Montes Claros receberam propostas para modificação de políticas públicas

Dois encontros, na quinta (9) e sexta-feira (10), encerraram o processo de discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) – Revisão para 2018, realizado pela Assembleia Legislativa. A proposta está contida no Projeto de Lei (PL) 4.665/17, de autoria do governador Fernando Pimentel, e já está em tramitação na Comissão de Fiscalização Financeira.

A audiência de quinta-feira foi realizada pelas comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa (ALMG), em Belo Horizonte. Na ocasião, foram recebidos, simbolicamente, os relatórios com as sugestões populares apresentadas em todos os grupos de trabalho que se reuniram na Capital. Cada coordenador de grupo teve a chance de apresentar aos deputados um resumo das propostas aprovadas.

> “Essa oportunidade de participação é uma conquista da sociedade e os resultados são visíveis”

A reunião atendeu a requerimento do presidente da Comissão de Participação Popular, deputado Doutor Jean Freire (PT), que elogiou a trajetória da comissão como importante instrumento para que a sociedade civil possa influenciar as decisões do poder público, sobretudo em questões orçamentárias.

Já na sexta-feira, aconteceu o encontro regional de Montes Claros, para receber e debater sugestões do Norte de Minas para modificação do PPAG, com foco nos temas água e agricultura familiar. Foi o último encontro no interior, após os debates ocorridos em Governador Valadares (Vale do Rio Doce) e Itaobim (Vale do Jequitinhonha).

CRISE HÍDRICA - O assunto que mais mobilizou a atenção, em Montes Claros, foi o projeto da Copasa de construir uma rede de captação ao longo do Rio Pacuí, a fim de aliviar a crise hídrica na principal cidade do Norte de Minas. No entanto, prefeitos e lideranças comunitárias da região criticaram a implantação da barragem do Rio Pacuí, por acreditar que ela prejudicaria ribeirinhos de municípios da região que sobrevivem da agricultura familiar.

SEGMENTAÇÃO - Em Belo Horizonte, as discussões tiveram um leque maior de temas, em torno dos eixos saúde e proteção social; desenvolvimento produtivo, científico e tecnológico; infraestrutura e logística; educação e cultura; e, por fim, segurança pública, este último, ao longo da quinta-feira (9).

O deputado André Quintão (PT), que durante vários anos coordenou o trabalho de revisão do PPAG como presidente da Comissão de Participação Popular, lembrou que a segmentação da discussão é um passo fundamental para afinar a sintonia do poder público com a sociedade. “Essa oportunidade de participação é uma conquista da sociedade e os resultados são visíveis”, apontou.

O parlamentar citou, como exemplos, o programa Bolsa-Reciclagem, o cofinanciamento pelo Estado do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e, ainda, eventos como os Jogos Indígenas e festivais regionais.

Doutor Jean Freire lembrou, ainda, evento realizado ao longo do dia na Praça da Assembleia, a primeira *Feira das Mulheres do Campo*, que também foi fruto de emenda popular ao PPAG.

A deputada Marília Campos (PT), que também já foi presidente da Comissão de Participação Popular, disse que a revisão do PPAG tem caráter educativo com relação à aplicação de recursos pelo poder público.

“Já ouvi diversos relatos de pessoas que disseram que, somente assim, aprenderam como funciona o orçamento público. É uma disputa por recursos e na revisão do PPAG os que mais necessitam deles ganham força”, afirmou Marília Campos.

GUILHERME BERGAMINI

Agricultores familiares participaram do debate sobre o Plano Plurianual em Montes Claros

Governo elogia interesse da população

Representantes do Executivo também participaram da reunião conjunta de balanço da etapa estadual de revisão do PPAG, em Belo Horizonte, na quinta-feira última. Todos foram unânimes em elogiar esse canal de mobilização da sociedade.

O subsecretário da Gestão de Estratégia Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), Otávio Martins Maia, lembrou que todas as áreas da administração estadual estão alinhadas com essa ação, expressa sobretudo por meio da realização dos Fóruns Regionais de Governo.

O secretário de Estado Adjunto da Cultura, João Batista Miguel, lembrou que processo semelhante de discussão norteou iniciativas em sua Pasta, como a aprovação do Plano Estadual de Cultura.

Já a diretora de Gestão de Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, Lúcia Elena Santos Junqueira, lembrou ser necessário que o cidadão entenda a lógica das políticas públicas, para propor e acompanhar as ações previstas.

O diretor de Apoio Operacional da Polícia Militar, Marcos Antônio Dias, reforçou o apreço da corporação por toda instância de participação popular.

TRAMITAÇÃO - O PPAG organiza os programas e ações que o Governo estadual pretende desenvolver no período de quatro anos e passa por revisões anuais para adequá-lo com a Lei Orçamentária Anual (LOA). As sugestões dos cidadãos são recebidas pela Comissão de Participação Popular e transformadas em propostas de ação legislativa (PLEs), podendo dar origem a emendas ao PPAG e ao Orçamento do Estado, a pedidos de providências ao poder público ou mesmo a projetos de lei de autoria da própria comissão.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA

Subsecretário de Imprensa Oficial
TANCREDO ANTÔNIO NAVES

Atendimento Geral: (31) 3916-7098 / 3916-7047 / 3915-0092 • *e-mail*: atendimento@casacivil.mg.gov.br • Cancelamento de publicação: *diario@casacivil.mg.gov.br* • Página eletrônica: *www.iof.mg.gov.br*